Sul Global

Sur Global

Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro

Resumo: O principal destaque do **UNOSSC** foi a promoção de seu Marco Estratégico 2026-2029 e da proposta de criação da Global Alliance on South-South and Triangular Cooperation. A iniciativa busca conectar países em desenvolvimento a financiamento, conhecimento, tecnologias e parceiros de implementação, fortalecendo o papel do Sul Global e refletindo uma tendência crescente de utilização de alianças multissetoriais para acelerar a implementação dos ODS. O **G77 e China** concentrou suas intervenções na iniciativa ONU80 e na reforma do sistema de desenvolvimento da ONU. O Grupo defendeu a centralidade do desenvolvimento e da erradicação da pobreza, a preservação dos mandatos de desenvolvimento, o fortalecimento do financiamento ao sistema ONU e a ampliação do apoio aos países em desenvolvimento. Também reiterou que as reformas devem ser conduzidas pelos Estados-membros, de forma transparente e inclusiva, sob supervisão da Assembleia Geral e do ECOSOC. Sobre a **cooperação Sul-Sul do Brasil**, a ABC destacou iniciativas de cooperação Sul-Sul e multilateral voltadas à proteção da infância, segurança alimentar, integração regional e desenvolvimento sustentável. Entre os destaques estão a divulgação de um balanço de 11 anos da parceria Brasil-UNICEF, a apresentação da experiência brasileira de alimentação escolar em evento da FAO, o fortalecimento da cooperação técnica com o Suriname em áreas estratégicas para a Amazônia e a repercussão do Relatório Anual 2025 da ONU no Brasil. Em conjunto, as iniciativas reforçam a projeção internacional de políticas públicas brasileiras e o papel da cooperação como instrumento de desenvolvimento, integração regional e implementação da Agenda 2030. O Movimento dos Países Não Alinhados (**MNA**) concentrou sua atuação na defesa da solidariedade entre países do Sul, na cooperação em saúde e nos impactos das sanções unilaterais. Destacaram-se a intervenção do Vietnã em apoio a Cuba na ONU, a ampliação da cooperação Cuba-Vietnã em saúde e envelhecimento e os desafios enfrentados por Uganda, atual presidente do Movimento, diante do surto de Ebola. As iniciativas reforçam temas centrais da agenda do MNA, como soberania, acesso equitativo à saúde e fortalecimento da cooperação Sul-Sul. O **Centro Sul** destacou debates sobre adaptação climática na SB64 e sobre as desigualdades no comércio global de serviços, defendendo maior espaço para os países em desenvolvimento na governança digital e econômica. Também publicou estudo alertando que regras de comércio digital podem limitar a capacidade regulatória dos países sobre dados e inteligência artificial.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Abstract: *The main highlight from UNOSSC was the promotion of its 2026–2029 Strategic Framework and the proposal to establish the Global Alliance on South-South and Triangular Cooperation. The initiative aims to connect developing countries with financing, knowledge, technologies, and implementation partners, strengthening the role of the Global South and reflecting a growing trend toward multi-stakeholder alliances to accelerate SDG*

implementation. The G77 and China focused their interventions on the UN80 Initiative and the reform of the UN development system. The Group emphasized the centrality of development and poverty eradication, the preservation of development mandates, stronger financing for the UN system, and enhanced support for developing countries. It also reiterated that reforms should be Member State-led, transparent, and inclusive, under the oversight of the General Assembly and ECOSOC. Regarding Brazil's South-South cooperation agenda, the Brazilian Cooperation Agency (ABC) highlighted South-South and multilateral initiatives related to child protection, food security, regional integration, and sustainable development. Key developments included the publication of an 11-year review of the Brazil–UNICEF partnership, the presentation of Brazil's school feeding experience at an FAO event, the strengthening of technical cooperation with Suriname in strategic areas for the Amazon region, and the dissemination of the UN Brazil 2025 Annual Report. Together, these initiatives reinforce the international visibility of Brazilian public policies and the role of cooperation as a tool for development, regional integration, and implementation of the 2030 Agenda. The Non-Aligned Movement (NAM) focused on promoting solidarity among developing countries, health cooperation, and the impacts of unilateral sanctions. Major developments included Vietnam's intervention at the UN in support of Cuba, the expansion of Cuba–Vietnam cooperation on health and ageing, and the challenges faced by Uganda, the current Chair of the Movement, in responding to the Ebola outbreak. These initiatives reinforce key NAM priorities, including sovereignty, equitable access to health, and the strengthening of South-South cooperation. The South Centre highlighted discussions on climate adaptation at SB64 and inequalities in global trade in services, advocating greater participation of developing countries in digital and economic governance. It also published a study warning that digital trade rules may restrict countries' regulatory capacity regarding data governance and artificial intelligence.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

Resumen: *El principal destaque del UNOSSC fue la promoción de su Marco Estratégico 2026-2029 y de la propuesta de creación de la Global Alliance on South-South and Triangular Cooperation. La iniciativa busca conectar a los países en desarrollo con financiamiento, conocimientos, tecnologías y socios de implementación, fortaleciendo el papel del Sur Global y reflejando una tendencia creciente hacia el uso de alianzas multisectoriales para acelerar la implementación de los ODS. El G77 y China concentró sus intervenciones en la iniciativa ONU80 y en la reforma del sistema de desarrollo de las Naciones Unidas. El Grupo defendió la centralidad del desarrollo y la erradicación de la pobreza, la preservación de los mandatos de desarrollo, el fortalecimiento del financiamiento del sistema de la ONU y la ampliación del apoyo a los países en desarrollo. Asimismo, reiteró que las reformas deben ser dirigidas por los Estados Miembros, de manera transparente e inclusiva, bajo la supervisión de la Asamblea General y del ECOSOC.*
En cuanto a la cooperación Sur-Sur de Brasil, la Agencia Brasileña de Cooperación (ABC) destacó iniciativas de cooperación Sur-Sur y multilateral orientadas a la protección de la infancia, la seguridad alimentaria, la integración regional y el desarrollo sostenible. Entre los principales temas figuraron la divulgación de un balance de once años de la asociación Brasil–UNICEF, la presentación de la experiencia brasileña en alimentación escolar en un evento de la FAO, el fortalecimiento de la cooperación técnica con Surinam en áreas estratégicas para la Amazonía y la difusión del Informe Anual 2025 de las Naciones Unidas en Brasil. En conjunto, estas iniciativas refuerzan la proyección internacional de las políticas públicas brasileñas y el papel de la cooperación como instrumento de desarrollo, integración regional e implementación de la Agenda 2030. El Movimiento de los Países No Alineados (MNOAL) centró su actuación en la

defensa de la solidaridad entre los países del Sur, la cooperación en salud y los impactos de las sanciones unilaterales. Destacaron la intervención de Vietnam en apoyo a Cuba en las Naciones Unidas, la ampliación de la cooperación Cuba–Vietnam en salud y envejecimiento, y los desafíos enfrentados por Uganda, actual presidente del Movimiento, ante el brote de ébola. Estas iniciativas refuerzan temas centrales de la agenda del MNOAL, como la soberanía, el acceso equitativo a la salud y el fortalecimiento de la cooperación Sur-Sur. El South Centre destacó los debates sobre adaptación climática en la SB64 y sobre las desigualdades en el comercio mundial de servicios, defendiendo una mayor participación de los países en desarrollo en la gobernanza digital y económica. Asimismo, publicó un estudio que advierte que las reglas del comercio digital pueden limitar la capacidad regulatoria de los países en materia de datos e inteligencia artificial.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

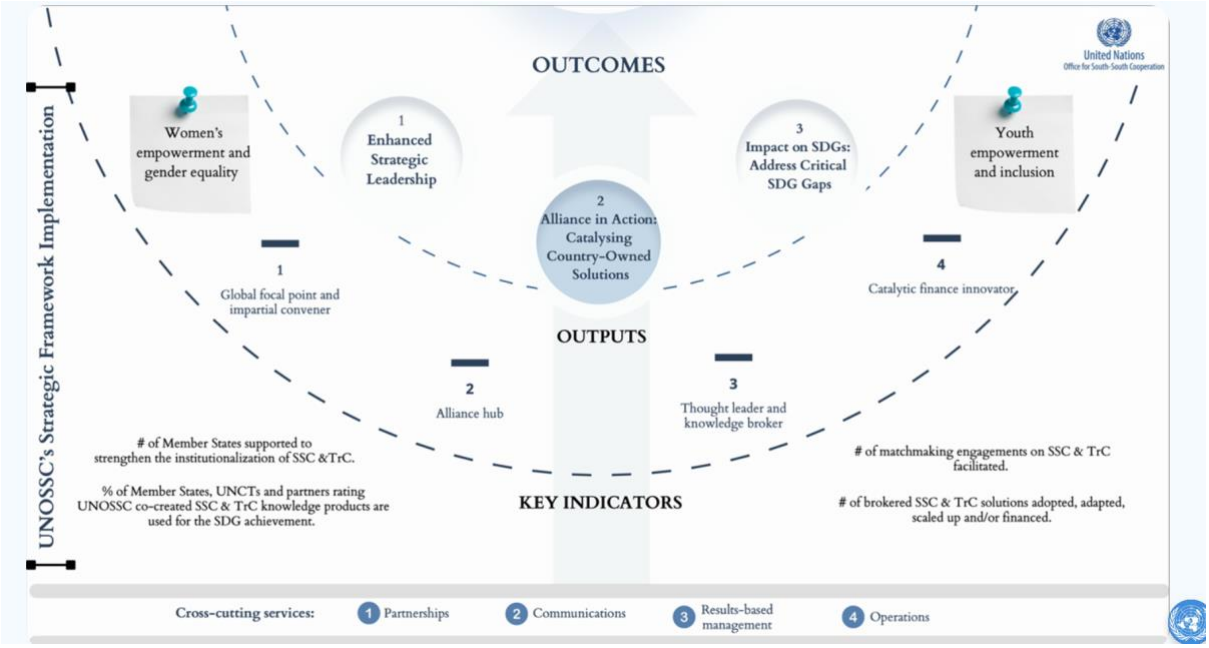
Destaques

O principal destaque das atividades recentes do UNOSSC foi a continuidade da promoção de seu novo Marco Estratégico 2026-2029, em especial da proposta de criação da **Global Alliance on South-South and Triangular Cooperation**, apresentada como a principal inovação institucional do próximo ciclo de atuação do Escritório. A iniciativa pretende estabelecer uma plataforma global capaz de conectar demandas dos países em desenvolvimento a fontes de financiamento, conhecimento técnico, tecnologias, capacidades institucionais e parceiros de implementação. Mais do que um mecanismo de coordenação, a Aliança é concebida como um espaço de articulação entre governos, organismos internacionais, bancos de desenvolvimento, setor privado, fundações e centros de pesquisa, com o objetivo de ampliar a escala e o impacto da cooperação Sul-Sul e triangular na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A proposta ocupa posição central na estratégia de reposicionamento do UNOSSC diante de um contexto marcado pela desaceleração da Agenda 2030, pela redução da ajuda oficial ao desenvolvimento e pelas discussões sobre a reforma do sistema das Nações Unidas. Em termos políticos, está diretamente vinculada ao objetivo de fortalecer a liderança do Sul Global na formulação e implementação de respostas aos desafios do desenvolvimento., sinalizando uma visão segundo a qual os países do Sul Global devem ser reconhecidos não apenas como receptores de apoio, mas também como produtores de conhecimento, inovação e capacidades.

Uma figura sintetiza a teoria que orienta a implementação do Marco Estratégico 2026-2029 do UNOSSC e evidencia a centralidade da futura **Global Alliance on South-South and Triangular Cooperation** em sua estratégia institucional. O diagrama apresenta uma lógica de

intervenção na qual o UNOSSC se posiciona simultaneamente como **ponto focal global e articulador imparcial**, **hub da Aliança**, **intermediador de conhecimento** (*knowledge broker*) e **inovador em financiamento catalítico**. Esses quatro produtos (outputs) são concebidos para fortalecer a liderança estratégica da cooperação Sul-Sul, impulsionar soluções lideradas pelos próprios países (*country-owned solutions*) e ampliar o impacto sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente em áreas onde persistem lacunas significativas de implementação. A presença, nas extremidades da figura, dos temas de empoderamento de mulheres e jovens sugere que essas agendas funcionarão como prioridades transversais da atuação do Escritório.



Tal arranjo se assemelha a outros que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do G20, especialmente à **Aliança Global contra a Fome e a Pobreza** e à **Aliança Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso em Saúde**. Em vez de criar novas organizações internacionais ou mecanismos formais de negociação, essas iniciativas adotam o formato de plataformas voluntárias e multissetoriais voltadas à articulação entre governos, organismos internacionais, bancos de desenvolvimento, setor privado, centros de pesquisa e sociedade civil. O objetivo comum é conectar demandas, capacidades técnicas, financiamento e soluções já existentes, acelerando a implementação de políticas e projetos em áreas prioritárias do desenvolvimento. Nesse sentido, a proposta da **Global Alliance on South-South and Triangular Cooperation** do UNOSSC parece refletir uma tendência mais ampla da governança internacional contemporânea: a busca por mecanismos flexíveis de coordenação capazes de mobilizar múltiplos atores em torno de objetivos concretos, privilegiando a implementação e a geração de resultados em detrimento da criação de novas estruturas burocráticas permanentes.

Brasil na cooperação Sul-Sul



2 de junho de 2026 – ABC e UNICEF divulgam publicação sobre 11 anos de cooperação Sul-Sul para a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. O documento *Promovendo Direitos de Crianças e Adolescentes por Meio da Cooperação Sul-Sul – Parceria Brasil-Unicef* sistematiza os resultados da parceria estabelecida em 2011, incluindo 40 demandas internacionais atendidas e 50 missões técnicas realizadas. A publicação destaca experiências em áreas como proteção social, nutrição, água e saneamento, além de apresentar lições aprendidas e a evolução dos quatro ciclos de cooperação. A iniciativa reforça a projeção internacional de políticas públicas brasileiras voltadas à proteção da infância e consolida a parceria Brasil-UNICEF como uma referência em cooperação Sul-Sul trilateral.



29 de maio de 2026 – Experiência brasileira de alimentação escolar é apresentada em evento da FAO em Roma. Durante a Semana de Nutrição da FAO, representantes brasileiros compartilharam experiências acumuladas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da cooperação Brasil-FAO. A atividade reforçou a projeção internacional das políticas públicas brasileiras de segurança alimentar e nutrição como referência para iniciativas de cooperação Sul-Sul na América Latina e em outras regiões do Sul Global.



27 de maio de 2026 – Brasil e Suriname reforçam agenda de cooperação técnica bilateral. A ABC destacou os avanços da cooperação entre Brasil e Suriname durante encontro realizado em Paramaribo, no qual foram discutidas oportunidades de ampliação das parcerias em áreas como saúde, agricultura, proteção social, meio ambiente, gestão pública e fortalecimento institucional. As conversas também abordaram temas relacionados ao desenvolvimento sustentável da Amazônia, à capacitação de recursos humanos e ao intercâmbio de experiências em políticas públicas. A iniciativa insere-se no esforço brasileiro de aprofundar a cooperação Sul-Sul com países da região amazônica e do Caribe, fortalecendo vínculos políticos e técnicos com um parceiro estratégico da América do Sul. A aproximação reflete ainda a crescente importância atribuída pelo Brasil à integração regional e ao compartilhamento de capacidades institucionais como instrumentos para enfrentar desafios comuns relacionados ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social e à conservação ambiental.



3 de junho de 2026 – ABC divulga relatório da ONU sobre os resultados da cooperação com o Brasil em 2025. A Agência Brasileira de Cooperação repercutiu o lançamento do Relatório Anual 2025 do Sistema das Nações Unidas no Brasil, documento que apresenta os principais resultados da atuação conjunta entre o governo brasileiro e as 25 agências, fundos e programas da ONU presentes no país. Segundo o relatório, foram implementadas 338 iniciativas, com investimentos de US$ 213 milhões, abrangendo áreas como combate à fome e à pobreza, ação climática, direitos humanos, justiça, prevenção de desastres e trabalho decente. O documento também destaca o apoio da ONU à formulação e implementação de 85 políticas públicas e de 18 instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, além da preparação do país para agendas internacionais como a COP30 e os BRICS.

A notícia evidencia o papel crescente da cooperação multilateral no apoio às prioridades nacionais de desenvolvimento e reforça a posição da ABC como principal articuladora da cooperação técnica entre o Estado brasileiro e os organismos internacionais. Também chama atenção para a importância do **Marco de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável 2023-2027**, principal instrumento que orienta a atuação do Sistema ONU no país e cuja revisão de meio termo foi concluída em 2025. Em um contexto de crescente protagonismo internacional do Brasil, o relatório reforça a convergência entre as agendas nacionais e multilaterais de desenvolvimento sustentável, governança climática e cooperação internacional.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

[1] UNCTAD - Comércio de Desenvolvimento da ONU
[2] UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Destaques do G-77

28 de maio de 2026 – Declaração em nome do grupo dos 77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai na reunião informal plenária da assembleia geral para ouvir uma apresentação sobre a iniciativa ONU80

Em declaração sobre a iniciativa ONU80, o Grupo dos 77 e China reiterou seu apoio ao Secretário-Geral e ao processo de reforma das Nações Unidas, destacando a necessidade de fortalecer o multilateralismo diante dos desafios atuais. O Grupo enfatizou que as reformas devem ser conduzidas de forma transparente, inclusiva e sob a liderança dos Estados-membros, com foco em aumentar a eficácia, a eficiência e a representatividade do sistema da ONU. Ressaltou ainda que quaisquer mudanças não devem enfraquecer os mandatos de desenvolvimento nem comprometer o trabalho realizado nos países, devendo ser orientadas por evidências, análises de custo-benefício e avaliações de risco. Por fim, reafirmou seu compromisso de participar construtivamente das negociações sobre a revisão de mandatos, respeitando a diversidade de estruturas, governanças e arranjos institucionais existentes no sistema das Nações Unidas.

1º de junho de 2026 - Declaração em nome do grupo dos 77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai no segmento de atividades operacionais para o desenvolvimento do ECOSOC de 2026, durante o diálogo de alto nível com o secretário-geral

Em declaração ao segmento de Atividades Operacionais para o Desenvolvimento do ECOSOC, o Grupo dos 77 e China reafirmou que a Revisão Quadrienal Abrangente de Políticas (QCPR) continua sendo o principal instrumento de orientação do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas e destacou a importância de manter o foco na erradicação da pobreza e no apoio às prioridades nacionais dos países em desenvolvimento. O Grupo reconheceu avanços na coordenação do sistema da ONU, especialmente por meio dos Coordenadores Residentes e dos Marcos de Cooperação, mas manifestou preocupação com o financiamento insuficiente e pouco previsível do sistema, defendendo o aumento das contribuições básicas (core funding) e a preservação da autonomia dos mandatos de desenvolvimento. Também enfatizou a necessidade de ampliar o apoio à implementação da Agenda 2030, incluindo financiamento concessional, alívio da dívida, transferência de tecnologia e fortalecimento de capacidades. Em relação às discussões sobre reformas institucionais, incluindo a iniciativa ONU80, reiterou que elas devem ser conduzidas pelos Estados-membros, de forma transparente e inclusiva, sem enfraquecer a dimensão do desenvolvimento nem comprometer a atuação da ONU nos países, especialmente nos países em desenvolvimento. Além disso, defendeu maior representação geográfica e de países em desenvolvimento nos quadros do sistema das Nações Unidas, com mais espaço para o Sul global.

1º de junho de 2026 - Declaração em nome do grupo dos 77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai no segmento de atividades operacionais para o desenvolvimento do ECOSOC de 2026, durante o diálogo de alto nível com a vice-secretária-geral sobre o relatório da presidente do UNSDG (grupo das nações unidas para o desenvolvimento sustentável) acerca do escritório de coordenação do desenvolvimento e do sistema de coordenadores residentes

O Grupo dos 77 e China reafirmou seu apoio ao fortalecimento do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas e ao papel dos Coordenadores Residentes, reconhecendo avanços na coordenação das atividades da ONU nos países, na implementação dos Marcos de Cooperação e na integração de capacidades técnicas para apoiar as prioridades nacionais. No

entanto, ressaltou que o processo de reposicionamento do sistema deve permanecer estritamente subordinado aos mandatos definidos pelos Estados-membros e orientado pelo princípio de apropriação nacional, garantindo que as atividades da ONU respondam às necessidades e estratégias de desenvolvimento dos países beneficiários.

A declaração dedicou especial atenção à sustentabilidade financeira do sistema de Coordenadores Residentes, considerada uma condição essencial para sua eficácia. O Grupo manifestou preocupação com os desafios persistentes de financiamento e defendeu mecanismos previsíveis, transparentes e sustentáveis, sem impactos negativos sobre os recursos destinados às atividades operacionais de desenvolvimento. Também advertiu que a crescente ênfase em respostas a crises e emergências não deve ocorrer em detrimento dos investimentos de longo prazo em desenvolvimento, nem desviar o sistema de seu objetivo central de apoiar a erradicação da pobreza e o fortalecimento das capacidades nacionais.

Por fim, o G77 e China situou o debate em um contexto mais amplo de restrições financeiras enfrentadas pelos países em desenvolvimento, agravadas pelo endividamento, pelas mudanças climáticas, pela insegurança alimentar e pelas desigualdades persistentes. Nesse cenário, defendeu que as reformas do sistema das Nações Unidas fortaleçam — e não enfraqueçam — sua capacidade operacional nos países, preservem a supervisão intergovernamental exercida pela Assembleia Geral e pelo ECOSOC e ampliem a representação de nacionais de países em desenvolvimento em posições de liderança. A mensagem central do Grupo foi que eficiência e coordenação são objetivos importantes, mas devem permanecer subordinados à missão de desenvolvimento da ONU e às prioridades definidas pelos Estados-membros.

2 de junho de 2026 – Declaração em nome do grupo dos 77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai no segmento de atividades operacionais para o desenvolvimento do ECOSOC de 2026, durante o diálogo com os chefes executivos do sistema de desenvolvimento das nações unidas sobre prestação de contas e implementação das reformas do sistema de desenvolvimento da ONU, incluindo no contexto da iniciativa ONU80

O Grupo dos 77 e China reafirmou que a erradicação da pobreza e a implementação da Agenda 2030 devem permanecer no centro das reformas do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas, defendendo que qualquer mudança institucional seja orientada pelas necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento e fortaleça, em vez de enfraquecer, os mandatos de desenvolvimento. Embora tenha reconhecido avanços na coordenação e na busca por maior eficiência entre as entidades da ONU, o Grupo manifestou preocupação com a persistente insuficiência de financiamento do sistema de desenvolvimento e dos Coordenadores Residentes, destacando que as promessas de ampliar recursos flexíveis e não vinculados ainda não se concretizaram. Em relação à iniciativa ONU80, adotou uma postura de apoio cauteloso: demonstrou abertura para discutir propostas de reorganização institucional e regional, mas insistiu na necessidade de análises aprofundadas, negociações intergovernamentais transparentes e respeito às diferentes realidades operacionais dos escritórios de campo, de modo a evitar impactos negativos sobre a presença da ONU nos países e sobre a implementação de seus mandatos de desenvolvimento.

2 de junho de 2026 - Declaração em nome do Grupo dos 77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai durante a reunião do grupo de trabalho ad hoc sobre a revisão da implementação de mandatos, no debate inicial sobre critérios e modalidades para a revisão do estoque existente de mandatos da assembleia geral

O Grupo dos 77 e China defendeu que o processo de revisão dos mandatos da Assembleia Geral no âmbito da iniciativa ONU80 permaneça integralmente conduzido pelos Estados-membros, ressaltando que os mandatos são instrumentos políticos negociados e aprovados pelos governos e, portanto, não devem ser redefinidos por mecanismos tecnocráticos ou administrativos. O Grupo enfatizou que não deve haver uma abordagem única para a revisão dos mandatos, uma vez que eles refletem diferentes contextos, estruturas de governança e arranjos institucionais do sistema ONU, devendo cada mandato ser analisado pelo órgão que o originou. Também reiterou que a dimensão do desenvolvimento deve permanecer prioritária no processo de reforma e que eventuais ganhos de eficiência deveriam ser redirecionados para atividades de desenvolvimento nos países beneficiários. Além disso, alertou para os riscos de politização e de aplicação de critérios seletivos, defendendo que o processo seja apoiado por informações objetivas e imparciais fornecidas pelo Secretariado, sem interferir na tomada de decisões dos Estados-membros. Por fim, manifestou preocupação em evitar a repetição de exercícios anteriores de revisão considerados problemáticos e reafirmou o princípio de que os mandatos permanecem válidos até sua implementação ou expiração formal, comprometendo-se a participar construtivamente das negociações para garantir que as prioridades dos países em desenvolvimento sejam preservadas.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

5 de junho – A Presidência do MNA em meio ao surto de Ebola

Em 3 de junho de 2026, o Diretor-Geral da OMS enfatizou que o combate ao surto de Ebola enfrenta cinco desafios críticos: (1) limitação dos recursos de resposta; (2) insegurança em zonas de conflito; (3) desconfiança comunitária — com líderes locais negando a existência do Ebola; (4) ausência de vacinas ou tratamentos específicos aprovados para o vírus Bundibugyo; e (5) urgência em avançar ensaios clínicos de forma descentralizada. Uganda reportou, até 5 de junho deste ano, 19 casos confirmados, incluindo dois óbitos, com oito casos em Kampala e um no distrito vizinho de Wakiso.

O surto de Ebola expõe, em tempo real, precisamente o que a falha da 6.ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental da OMS sobre o Acordo das Pandemias (IGWG6) sobre o sistema de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS) representa em termos de risco concreto. O vírus Bundibugyo, distinto das cepas para os quais a vacina Ervebo foi desenvolvida, não tem contramedida aprovada. A situação evidencia que países em

desenvolvimento continuam sendo os mais vulneráveis a surtos para os quais não existem vacinas nem tratamentos antivirais aprovados — o mesmo argumento estrutural que embasa a posição do MNA sobre a necessidade de um PABS vinculante. Sem acesso obrigatório a benefícios derivados do compartilhamento de patógenos, os países do Sul Global continuam dependentes da velocidade de desenvolvimento farmacêutico privado dos países ricos — velocidade que historicamente não prioriza doenças de populações pobres.

O Centro de Controle de Doenças da Europa (ECDC) e o Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC) alertaram que a situação na RDC e no Uganda é "séria e merece atenção séria e sustentada", reconhecendo que as comunidades afetadas já enfrentam contexto humanitário adverso por conflitos armados, com infraestrutura de saúde limitada e barreiras de acesso ao cuidado.

Para Uganda, a emergência sanitária em curso é simultaneamente uma crise interna de saúde pública, um teste de sua capacidade de liderança regional e uma demonstração involuntária da tese que o próprio Movimento defende: sistemas nacionais de saúde frágeis, subfinanciados e dependentes de tecnologias que não controlam são o produto previsível de décadas de governança farmacêutica desigual.

4 de junho – Cuba e Vietnã aprofundam cooperação em saúde do envelhecimento.



O Embaixador de Cuba no Vietnã, Rogelio Polanco Fuentes, discursou em seminário sobre saúde do idoso realizado em Hanói, um dos eventos da série comemorativa do 85º aniversário do Dia Nacional do Idoso vietnamita (6 de junho de 1941). O embaixador afirmou que Cuba está disposta a fortalecer a cooperação com o Vietnã em saúde do idoso, expressando esperança de que os dois países desenvolvam programas conjuntos eficazes na área. A iniciativa, aparentemente técnica e bilateral, é analiticamente densa quando lida à luz da conjuntura política do MNA e das relações de cooperação Sul-Sul em saúde.

O embaixador destacou que mais de 24% da população cubana tem 60 anos ou mais, e que Cuba enfrenta essa tendência de rápido envelhecimento por meio de seu sistema universal de saúde gratuito e de um forte setor de biotecnologia. Essa afirmação, pronunciada em plena crise sanitária provocada pelo bloqueio energético estadunidense, carrega uma dimensão de resistência política: Cuba reafirma, diante de um parceiro estratégico do MNA, que seu sistema de saúde mantém capacidade de inovação e cooperação. É uma mensagem diplomática tão relevante quanto científica.

Cuba e Vietnã estabeleceram uma joint venture farmacêutica — a Genfarma Joint Stock Company —, que deverá abastecer o mercado vietnamita com produtos naturais de saúde particularmente benéficos para pessoas idosas. No seminário, um representante da empresa vietnamita Hasu No Hana apresentou o Policosanol, composto natural extraído da cera de cana-de-açúcar, desenvolvido por cientistas cubanos no Instituto Raydel. Pesquisas do Instituto Raydel indicam que o Policosanol pode ajudar a reduzir o risco de hipertensão e doenças cardiovasculares, aumentando os níveis de lipoproteína de alta densidade (HDL).

27 de maio – Vietnã invoca os princípios fundadores do MNA em defesa de Cuba na ONU.

O Embaixador Đỗ Hùng Việt dirigiu-se a uma reunião dos membros do MNA em Nova York com uma intervenção que articulou, de forma precisa, os três pilares da doutrina histórica: solidariedade política entre países do Sul, recusa de medidas coercitivas unilaterais e defesa do direito soberano de cada nação escolher seu próprio caminho de desenvolvimento. Seu pronunciamento convocou os Estados-membros do Movimento a "defender os princípios fundadores do grupo, mantendo o espírito de solidariedade e manifestando-se com firmeza contra o bloqueio e as sanções impostos a Cuba."



O embaixador afirmou que o Vietnã se opõe às medidas coercitivas unilaterais impostas a Cuba, que contrariam os princípios fundamentais do direito internacional, incluindo a igualdade soberana, a não-ingerência nos assuntos internos, a liberdade do comércio e da navegação internacionais, e o direito de cada nação de escolher seu próprio caminho de desenvolvimento.

O contexto da declaração é carregado de simbolismo histórico e de urgência sanitária imediata. Do ponto de vista histórico, Vietnã e Cuba partilham uma "amizade especial" forjada sob sanções e guerras, evocada na célebre frase de Fidel Castro tornada símbolo diplomático bilateral: "Por Vietnã, Cuba está disposta a derramar até o próprio sangue."

Em seu discurso, o embaixador aproveitou a ocasião do 51.º aniversário da reunificação do Vietnã para expressar gratidão ao apoio histórico do MNA, destacando a solidariedade cubana por meio da icônica frase de Fidel Castro. Do ponto de vista sanitário imediato, a intervenção ocorreu seis dias após os Ministros de Saúde do MNA terem pedido formalmente à OMS documentação dos impactos das sanções sobre o sistema de saúde cubano, e uma semana após o indiciamento de Raúl Castro pelo DOJ americano, eventos que, juntos, representavam a escalada mais grave da pressão estadunidense sobre Havana desde o início da crise de 2026.

O Embaixador cubano Ernesto Soberón, também presente na reunião, argumentou que Washington "persistiu em apertar as sanções, especialmente nos setores de energia, comércio e turismo, afetando gravemente a economia, a sociedade e as condições de vida cubanas, particularmente em alimentação e saúde." A projeção econômica citada pelo representante cubano — contração do PIB entre 6,5% e 7,2% em 2026, com declínio acumulado de 23% desde 2019 — é a moldura macroeconômica dentro da qual o colapso sanitário deve ser lido não como falha de gestão, mas como resultado estrutural de uma política de estrangulamento deliberado.

A relevância dessa intervenção para a análise da saúde global vai além do caso cubano. O Vietnã, como país que também foi alvo de décadas de sanções estadunidenses após a Guerra do Vietnã e que construiu seu sistema de saúde universal em condições de restrição econômica severa, possui autoridade argumentativa singular para defender Cuba no MNA. Sua voz não é apenas diplomática, é a voz de um país que sobreviveu ao que Cuba enfrenta. O embaixador sublinhou ainda que o Vietnã proporcionará "apoio concreto em áreas como agricultura e energia para ajudar a aliviar as dificuldades enfrentadas pelo povo cubano".

27 de maio – Capítulo Nacional de Camarões em ação no Eid al-Adha



A subsede nacional da NAMYO em Camarões realizou com sucesso uma iniciativa comunitária de grande escala em Yaoundé, no dia 27 de maio. O evento contou com o apoio da Agência de Desenvolvimento Internacional do Azerbaijão (AIDA) e envolveu mais de 200 pessoas, consolidando mais uma ação de impacto social e cooperação internacional da organização.

26 de maio – Capítulo Nacional de Bangladesh em ação no Eid al-Adha



O Capítulo Nacional de Bangladesh realizou uma ação social realizada em Dhaka, Bangladesh, no dia 26 de maio, em celebração ao Eid al-Adha de 2026. A campanha de engajamento comunitário foi promovida pela subsede nacional da NAMYO em Bangladesh, contando com o apoio da AIDA. A iniciativa beneficiou diretamente mais de 130 pessoas, destacando a cooperação internacional em ações de impacto social.

25 de maio – MNA celebra o Dia da África

A NAMYO destaca a realização de uma conferência em celebração ao Dia da África, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores do Azerbaijão em parceria com a Universidade Estatal de Baku (BSU).

Com o tema “O Continente em Ascensão, Novas Parcerias”, o evento reuniu diplomatas, autoridades, especialistas e estudantes. O principal objetivo do encontro foi fortalecer o diálogo e a cooperação bilateral entre o Azerbaijão e os países africanos, promovendo uma maior aproximação diplomática e acadêmica.

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebra seu 30º aniversário

Notícias

5 de junho - A sexagésima quarta sessão do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico e do Órgão Subsidiário de Implementação (SB64), indicadores de Belém, tratado sobre o plástico e resultados de Santa Marta.

Por Daniel Uribe Terán

Os Indicadores de Adaptação de Belém, acordados na COP30, visam tornar a adaptação mais mensurável. Embora a mensuração dos esforços de adaptação seja um avanço, ela não é suficiente. Os indicadores podem ser usados para comparação e monitoramento. No entanto, o objetivo de adaptação do Acordo de Paris é aprimorar a capacidade adaptativa, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade das pessoas e dos ecossistemas vulneráveis, que são cruciais para a manutenção dos ecossistemas florestais e a provisão de serviços ecossistêmicos florestais.

Para alcançar esses objetivos, é necessário tomar medidas eficazes para fornecer financiamento, transferência de tecnologia, alívio da dívida e capacitação. Na SB64, os países em desenvolvimento terão a oportunidade de discutir qual é o papel da elaboração de relatórios enquanto o apoio à implementação de medidas de adaptação ainda é insuficiente.

28 de maio - Promovendo o comércio de serviços para impulsionar a cooperação global para o desenvolvimento.

O setor de serviços, cujo peso econômico e potencial de geração de empregos já vinham sendo antecipados por sociólogos desde as décadas de 1960 e 1970, consolidou sua dimensão internacional a partir da Rodada Uruguai em 1986. Atualmente, o mundo vivencia um verdadeiro boom nesse segmento, com as exportações globais superando os US$ 9,5 trilhões em 2025 e registrando um crescimento anual de 8,2%, o ritmo mais acelerado em uma década. Apesar desse cenário expansionista, a distribuição dos benefícios econômicos é profundamente desigual. Enquanto os países desenvolvidos controlam cerca de 70% das exportações de serviços — uma fatia significativamente maior do que sua participação no comércio de mercadorias —, os países em desenvolvimento enfrentam uma forte concentração, onde apenas cinco nações respondem por 56% de tudo o que o Sul Global exporta. O cenário é ainda mais crítico para os Países Menos Adelantados (LDCs), cuja participação de mercado encolheu de 0,7% em 2019 para 0,5% em 2024, distanciando-se da meta estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU de dobrar suas exportações.

Esse crescimento do comércio transfronteiriço foi amplamente impulsionado pela rápida disseminação das tecnologias digitais, que hoje respondem por 56% do total das exportações de serviços no mundo. Embora a digitalização tenha aberto portas para novos modelos de negócios e permitido a inclusão de pequenas e médias empresas, ela também aprofundou as assimetrias globais e ampliou o fosso digital.

Conforme apontado pelo Grupo dos 77 e China, muitas nações em desenvolvimento correm o risco de ficar para trás devido a deficiências estruturais em infraestrutura, capacitação técnica e marcos regulatórios, o que impede suas empresas de migrarem para atividades de maior valor agregado. Diante desse panorama, estudos do Centro Sul apontam três conclusões fundamentais para mitigar essas disparidades. Primeiramente, há uma grave fragmentação na governança digital global e uma falta de consenso na formulação de regras multilaterais, exigindo que os países em desenvolvimento assumam um papel ativo na criação dessas normas, em vez de apenas aceitá-las.

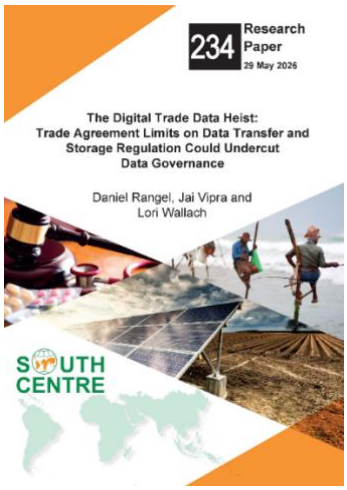
Em segundo lugar, o fortalecimento da capacidade exportadora do Sul Global depende impreterivelmente de investimentos em infraestrutura digital, qualificação profissional e cooperação Sul-Sul; além disso, defende-se a redução dos altos custos de envio de remessas financeiras na agenda da OMC, uma vez que a prestação de serviços por meio do deslocamento físico de pessoas (Modo 4) gera retornos sociais expressivos para essas nações. Por fim, argumenta-se que a sustentabilidade financeira dessa transformação digital exige um sistema de tributação mais justo. Os modelos atuais de tratados fiscais da OCDE limitam a taxação de serviços na fonte, tornando crucial o avanço da Convenção-Quadro da ONU para tributar gigantes digitais.

Essa necessidade de arrecadação é reforçada pelo dado de que os países em desenvolvimento perderam US$ 56 bilhões em receitas tarifárias entre 2017 e 2020 devido à moratória sobre direitos aduaneiros em transmissões eletrônicas, encerrada em março de 2026. Em suma, para que o comércio de serviços atue como um motor de produtividade e desenvolvimento global, as regras internacionais atuais precisam ser reformadas de modo a corrigir esses desequilíbrios históricos, garantindo que os países em desenvolvimento participem do mercado de forma equitativa e sustentável.

Pesquisas

29 de maio - Limitações em Acordos Comerciais sobre Transferência e Armazenamento de Dados Podem Prejudicar a Governança de Dados

Por Daniel Rangel, Jai Vipra e Lori Wallach



Governos em todo o mundo estão cada vez mais regulamentando a forma como os dados são coletados, transferidos e armazenados para promover objetivos de interesse público, incluindo privacidade, segurança nacional, tributação da economia digital e concorrência no campo emergente da inteligência artificial (IA).

No entanto, as recentes regras de "comércio digital" em acordos internacionais — particularmente aquelas modeladas no Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA) — restringem a capacidade dos governos de regular os fluxos de dados transfronteiriços ou de exigir o armazenamento local de dados.

Este artigo analisa a crescente divergência entre as medidas domésticas de governança de dados e os compromissos comerciais vinculativos. Ele avalia três modelos principais de regras de comércio digital (USMCA, Mercosul (Mercado Comum do Sul) e União Europeia-Nova Zelândia) e demonstra que a estrutura do USMCA impõe as restrições mais abrangentes e as exceções mais fracas. A análise também mostra que tais regras comerciais podem dificultar esforços regulatórios mais amplos relacionados à tributação e à responsabilização em IA.